

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	23
2.5 Medições não contábeis	24
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	32
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	49
5.3 Programa de integridade	55
5.4 Alterações significativas	62
5.5 Outras informações relevantes	63

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

As informações financeiras descritas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, e suas respectivas notas explicativas.

As nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações a seguir apresentadas são uma visão geral dos nossos diretores a respeito do cenário atual em que ela se encontra. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos nossos diretores sobre as atividades desenvolvidas por nós, nossos negócios e nosso desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as nossas demonstrações financeiras com os respectivos exercícios e períodos, bem como as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras e os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas neste item 2 do Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, nas nossas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR ao longo de um exercício/período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita líquida para os exercícios/períodos em análise, ou em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os nossos diretores consideram que possuímos condições financeira e patrimonial adequadas ao nosso plano de negócios, tal como exposto no item 2.10 abaixo, e adequadas para fazer frente ao nosso endividamento atual e futuro.

Manejamos a nossa gestão de caixa para receber os nossos direitos contratados em grãos e adequadamente renegociamos e mantivemos baixos os níveis de inadimplência do segmento de insumos, conservando o caixa saudável, diante disso a inadimplência da Companhia encerrou o exercício social de 31 de dezembro de 2020 representando 0,2% da receita líquida. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a inadimplência representou 0,1% do valor da nossa receita líquida. Na safra 2021/2022 o RS registrou uma das suas piores estiagens na história apresentando uma quebra de mais de 50% da produção de soja, e diante desse cenário tivemos algumas renegociações com pagamentos programados para a colheita da safra de inverno no segundo semestre de 2022 e o restante na colheita da safra verão no primeiro semestre de 2023, e mesmo nesse cenário apresentamos uma inadimplência de 0,1% do valor da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, recebemos 1.089.358, 1.215.718 toneladas de soja, respectivamente. O volume de soja recebido atendeu plenamente a necessidade de esmagamento das nossas duas fábricas localizadas nas cidades de Cruz Alta e Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que aumentamos os nossos pontos de recebimento e o *market share*.

Apresentamos abaixo tabelas contendo algumas das nossas informações financeiras relevantes:

(valores em milhares de R\$, exceto percentuais e índices)	Em e/ou exercício social encerrado em	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	6.885.839	5.339.317
Lucro bruto	1.043.299	701.054
Margem bruta ⁽¹⁾	15,2%	13,1%
Lucro líquido	571.174	430.306
Margem líquida ⁽²⁾	8,3%	8,1%
EBITDA ⁽³⁾	575.397	381.058
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	8,4%	7,1%
EBITDA Ajustado ⁽⁵⁾	623.097	494.929
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁶⁾	9,0%	9,3%
Dívida Líquida (Caixa Líquido) ⁽⁷⁾	(216.915)	(290.892)
Dívida Líquida (Caixa Líquido) / EBITDA Ajustado	(0,35)x	(0,59)x
Liquidez Geral ⁽⁸⁾	1,86	2,04
Liquidez Corrente ⁽⁹⁾	1,55	1,83
Endividamento Geral ⁽¹⁰⁾	53,48%	49,13%
Alavancagem Geral ⁽¹¹⁾	1,16	0,97

⁽¹⁾ A margem bruta corresponde a divisão entre o lucro bruto e a receita líquida do exercício/período.

⁽²⁾ A margem líquida corresponde a divisão entre o lucro líquido e a receita líquida do exercício/período.

⁽³⁾ O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

⁽⁴⁾ A Margem EBITDA consiste na divisão do EBITDA pela receita líquida.

⁽⁵⁾ O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e consiste no EBITDA ajustado pelo valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a *commodities*. O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de nossa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

⁽⁶⁾ A Margem EBITDA Ajustado consiste na divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

⁽⁷⁾ A Dívida Líquida (Caixa Líquido) refere-se ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente daquela por nós utilizada.

⁽⁸⁾ A Liquidez Geral refere-se à capacidade de pagamento da empresa de longo prazo e corresponde a divisão entre o ativo total e a soma do passivo circulante e passivo não circulante.

⁽⁹⁾ A Liquidez Corrente refere-se à capacidade de pagamento da empresa no curto prazo e corresponde a divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante.

⁽¹⁰⁾ O Endividamento Geral corresponde à soma passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo ativo total.

⁽¹¹⁾ A Alavancagem Geral é calculada através da soma do passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A nossa Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde ao total da Dívida Bruta (total dos empréstimos e financiamentos), deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, o nosso Caixa Líquido correspondeu a R\$216.915 mil, já em 31 de dezembro de 2021 correspondeu a R\$290.892 mil. Esta variação decorre especialmente da capitalização de recursos através da oferta inicial de ações (“IPO”) da Companhia realizada em julho de 2020, sendo que os recursos estão sendo destinados ao plano de expansão da Companhia.

Liquidez Geral

O índice de liquidez geral (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e passivo não circulante), foi de 1,86x em 31 de dezembro de 2022, enquanto em 31 de dezembro de 2021 foi 2,04x. Esse índice demonstra a nossa capacidade em honrar os nossos compromissos, uma vez que nossos ativos superam nossos passivos.

Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), foi de 1,55x, em 31 de dezembro de 2022, contra 1,83x, em 31 de dezembro de 2021. Este indicador demonstra a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos de curto prazo, mantendo em níveis sólidos acima de 1,0x.

Endividamento Geral

O índice de endividamento geral corresponde a soma do passivo circulante e passivo não circulante dividido pelo ativo total. Em 31 de dezembro de 2022, o índice correspondia a 53,48% apresentando aumento do nosso endividamento geral quando comparado ao índice de 49,13%, em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorre especialmente da captação de recursos para financiar o crescimento da Companhia, além do incremento de grãos a fixar de fornecedores.

Alavancagem Geral

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O índice de Alavancagem Geral correspondeu a 1,16x, em 31 de dezembro de 2022, apresentando aumento comparado com o índice de 0,97x, em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento se deu pela maior captação de recursos e incremento da conta de fornecedores.

b. Estrutura de Capital

Os nossos diretores consideram que a Companhia vem trabalhando na gestão da sua estrutura de capital de forma a melhor se ajustar às nossas obrigações de capital de curto e longo prazos.

Historicamente, financiamos o capital necessário para o crescimento das nossas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes de: (i) geração de caixa decorrente das nossas operações; e (ii) empréstimos e financiamentos.

Na tabela abaixo, consta a nossa estrutura de capital, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e apresenta a abertura da nossa estrutura de capital entre capital próprio e capital de terceiros nas datas indicadas.

<i>(valores em milhares de R\$, exceto percentuais)</i>	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos circulante (a)	599.144	488.866
Empréstimos e financiamentos não circulante (b)	496.926	310.834
Patrimônio líquido (c)	2.818.555	2.236.240
Capital Total (a+b+c = d)	3.914.625	3.035.940
Capital de terceiros ((a + b) / d)	28,00%	26,34%
Capital próprio (c / d)	72,00%	73,66%
Caixa e equivalente de Caixa e Aplicações financeiras	(879.155)	1.090.592
Dívida Líquida (Caixa Líquido) ⁽¹⁾	216.915	(290.892)

(1) Dívida Líquida (Caixa Líquido) equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente daquela por nós utilizada.

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2022, o nosso patrimônio líquido foi de R\$2.818.555 mil, representando aumento de 26,04% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando o nosso patrimônio líquido foi de R\$2.236.240 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, da retenção do resultado do exercício.

Capital de Terceiros

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R\$1.096.070 mil, representando aumento de 37,06% em relação a 31 de dezembro de 2021, quando os nossos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante foram de R\$799.700 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, em função da nossa necessidade por capital de giro e investimentos para financiar o nosso crescimento.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme a avaliação da estrutura de capital realizada no item 2.1 (b) acima, quando comparamos a dívida líquida com o nosso EBITDA, acreditamos que os recursos gerados a partir das nossas operações são suficientes para que sejamos capazes de arcar com os compromissos financeiros futuros.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos circulante (obrigações financeiras com vencimento inferior a 12 meses) representavam 54,7% do total de empréstimos e financiamentos da Companhia, enquanto os empréstimos e financiamentos não circulante (obrigações financeiras com vencimento superior a 12 meses) representavam 45,3%.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos circulante representavam 61,1% do total de empréstimos e financiamentos da Companhia, enquanto os empréstimos e financiamentos não circulante representavam 38,9%.

Os nossos diretores entendem que as variações apresentadas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreram em razão de a Companhia ter contratado linhas de crédito, as quais foram utilizadas para financiar o capital de giro necessário às atividades de curto prazo inerentes aos nossos negócios.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram de R\$879.155 mil, representando redução de 19,39% em relação a 31 de dezembro de 2021 quando o caixa e equivalentes de caixa foram de R\$1.090.592 mil.

Os nossos diretores entendem que os níveis de caixa e equivalentes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram suficientes à manutenção e crescimento dos nossos negócios e a honrar com o cumprimento das nossas obrigações financeiras de curto prazo, tendo em vista que possuímos baixo nível de endividamento e temos disponibilidade de crédito junto às principais instituições financeiras, o que nos permite negociar as melhores taxas de juros para os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia.

Além disso, os nossos diretores acreditam que a estrutura de capital atual é suficiente para caso necessário, captar recursos de terceiros para suprir eventuais necessidades de caixa relativas às nossas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, o cronograma de pagamento dos compromissos assumidos por nós era de:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Cronograma de vencimento	Valores a vencer em 31 de dezembro de 2022 (em R\$ mil)	%
2023	599.144	54,7
2024	211.488	19,3
2025	124.397	11,3
após 2025	161.041	14,7
Total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	1.096.070	100,0

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as nossas principais fontes de financiamento eram: (i) fluxo de caixa gerado por nossas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos foram utilizados por nós, principalmente para financiar as nossas operações e para investimentos relacionados à expansão das nossas atividades.

Para mais informações sobre as nossas fontes de financiamento, vide item 2.1(f) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os nossos diretores avaliam constantemente as necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais dispomos. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, pretendemos captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2022:

(Em milhares de R\$)	Em 31 de dezembro de 2022			
Modalidade	Moeda	Taxa média	Circulante	Não Circulante
Capital de giro	Reais	14,89%	386.861	303.870
Financiamentos	Reais/Dólar	11,50%	20.514	93.420

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adiantamento contrato de câmbio	Reais/Dólar	2,80%	45.694	-
Adiantamento para exportação	Dólar	11,78%	146.075	99.636
Total			599.144	496.926

Em conexão com os nossos níveis de endividamento, firmamos contratos financeiros com parceiros diversos, dentre os quais ressaltamos os descritos abaixo:

Banco BTG Pactual S.A.

(i) Em 14 de dezembro de 2021, firmamos, com o Banco BTG Pactual S.A., a CCB n.º CCBR753/21, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 100.694.312,80, garantida por aval. O contrato tem vencimento final em 14 de dezembro de 2023, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros CDI + 1,75% a.a.

Banco do Brasil S.A.

(i) Em 24 de março de 2022, firmamos, com o Banco do Brasil S.A., a CCB n.º 316801586, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 250.580,777,20, garantida por Aval e alienação fiduciária. O contrato tem vencimento final em 25 de março de 2027, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros CDI + 1,84% a.a.

Banco ABC Brasil S.A.

(i) Em 14 de março de 2022, firmamos, com o Banco ABC Brasil S.A., a CCB n.º 9227622, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 57.514.353,38, garantida por Aval. O contrato tem vencimento final em 04 de março de 2024, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros de 3,86% a.a.

Banco Bradesco S.A.

(i) Em 14 de fevereiro de 2022, firmamos, com o Banco Bradesco S.A., a CCB n.º 20223495001, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 105.597.900,00, garantida por Aval. O contrato tem vencimento final em 14 de fevereiro de 2024, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros CDI + 1,80% a.a.

(ii) Em 06 de junho de 2022, firmamos, com o Banco Bradesco S.A., a CCB n.º 202205006, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 98.740.101,53, garantida por Aval e penhor de Soja. O contrato tem vencimento final em 07 de junho de 2023, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros de 14,00% a.a.

Itaú Unibanco S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) Em 18 de março de 2022, firmamos, com o Banco Itaú Unibanco S.A., a CCB n.º 564044013006, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 88.956.905,83, garantida por Aval e penhor mercantil. O contrato tem vencimento final em 16 de março de 2023, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros de 14,45% a.a.

Caixa Econômica Federal

(i) Em 24 de março de 2022, firmamos, com a Caixa Econômica Federal, a CCB n.º 1435614/2022, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 103.923.294,90, garantida por Aval. O contrato tem vencimento final em 24 de março de 2024, e, sobre eventual saldo devedor, é devida a taxa de juros CDI + 1,69% a.a.

Nenhum dos nossos contratos financeiros possui *covenants* financeiros e/ou cláusulas restritivas quanto à distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários, havendo apenas restrições em parte dos nossos contratos com relação à alteração da composição do nosso capital social, à alienação do controle acionário e à alienação de ativos.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de longo prazo descritas no item anterior, em 31 de dezembro de 2022, possuímos relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de nossas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. Cabe ressaltar a relação com o Banco do Brasil, que, desde a nossa fundação, participa ativamente do financiamento das nossas atividades e nos presta serviços bancários.

Nossos diretores esclarecem, ainda, que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas acima têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão dos nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as nossas estratégias.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2022 nenhuma das nossas dívidas possuía cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação das nossas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Nenhum dos nossos contratos financeiros possui *covenants* financeiros e/ou cláusulas restritivas quanto à distribuição de dividendos, emissão de novos valores mobiliários, havendo apenas restrições em parte dos nossos contratos com relação à alteração da composição do nosso capital social, alienação do controle

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

societário e alienação de ativos. Não há contratos de empréstimo e financiamento relevantes que possuam cláusula de vencimento antecipado (*cross-default* ou *cross acceleration*).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, utilizamos cerca de 53,4% dos limites concedidos em nossas linhas de crédito.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas abaixo apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais e das variações significativas nas contas dos resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e com as suas respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (ri.3tentos.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das nossas demonstrações financeiras auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	AH
Receita	6.885.839	100,00%	5.339.317	100,0%	29,0%
Custo das mercadorias e produtos vendidos	(5.842.540)	(84,8%)	(4.638.263)	(86,9%)	26,0%
Lucro bruto	1.043.299	15,2%	701.054	13,1%	48,8%
Despesas e Receitas (despesas) Operacionais	(505.684)	(7,3%)	(347.460)	(6,5%)	45,5%
Despesas de vendas	(462.094)	(6,7%)	(319.965)	(6,0%)	44,4%
Despesas administrativas	(68.374)	(1,0%)	(55.707)	(1,0%)	22,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	24.820	0,4%	28.212	0,5%	(12,0%)
Resultado operacional	537.651	7,8%	353.594	6,6%	52,1%
Resultado financeiro	2.670	0,0%	26.243	0,5%	(89,8%)
Receitas financeiras	318.952	4,6%	207.769	3,9%	53,5%
Despesas financeiras	(316.282)	(4,6%)	(181.526)	(3,4%)	74,2%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado antes dos impostos e contribuições	540.321	7,8%	379.837	7,1%	42,3%
Imposto de renda e contribuição social	30.853	0,4%	50.837	0,9%	(39,3%)
Corrente	(154)	0,0%	(17.791)	(0,3%)	(99,1%)
Diferido	31.007	0,5%	68.260	1,3%	(54,6%)
Lucro líquido do período	571.174	8,3%	430.306	8,1%	32,7%

Receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a nossa receita líquida totalizou R\$6.885.839 mil, representando aumento de 29,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$5.339.317 mil. Tal aumento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida totalizou R\$2.535.397 mil, correspondente a um aumento de 65,3% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.534.116 mil. O forte desempenho no segmento foi influenciado pelo aumento de área de cobertura e melhora do market share das lojas abertas nos últimos anos. Vale destacar que, a estiagem presente na safra 21/22 afetou o volume de defensivos com menores aplicações por parte do produtor, porém, ao final do ano com início da safra 22/23, conseguimos recuperar parte desse menor volume. Adicionalmente, ao longo de 2022 tivemos impacto positivo nos preços do pacote de insumos (+43% em comparação a 2021).
- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida totalizou R\$1.348.050 mil, correspondente a uma redução de 4,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.412.296 mil. O desempenho no segmento foi impactado pelo menor volume de trading de soja devido à quebra da safra 21/22 de mais de 50% no Rio Grande do Sul. Por outro lado, tivemos o milho e o trigo compensando em grande medida o menor volume de soja comercializada. Mesmo com a quebra da safra, atingimos uma originação de 1.090 mil toneladas de Soja, inferior em 10% na comparação com 2021. A soja originada tem como principal finalidade se tornar insumo para nossa indústria, sendo comercializado somente o excedente.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a receita líquida totalizou R\$3.002.392 mil, correspondente a um aumento de 25,5% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$2.392.905 mil. O desempenho no segmento foi influenciado pelo aumento de capacidade de processamento de soja na fábrica de Cruz Alta contribuindo no volume de farelo de soja comercializado além do impacto positivo no aumento dos preços ao longo do ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos totalizou R\$5.794.840 mil, representando aumento de 28,07% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$4.524.392 mil. Tal aumento decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo totalizou R\$1.934.724 mil, correspondente a um aumento de 65,7% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.167.376 mil. Tal aumento se deu principalmente pelo forte aumento de preços de fertilizantes e defensivos e incremento no volume vendido.
- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo totalizou R\$1.214.505 mil, correspondente a uma redução de 6,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.300.633 mil. Tal redução se deu principalmente pelo menor de volume de grãos vendido.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o custo das mercadorias e dos produtos vendidos antes do ajuste ao valor justo totalizou R\$2.645.611 mil, correspondente a um aumento de 28,7% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$2.056.383 mil. Tal aumento se deu principalmente pelo aumento nos preços do grão de soja impactando os custos da Indústria de processamento.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o ajuste ao valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities, não alocado a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, totalizou uma despesa de R\$47.700 mil, correspondente a uma redução de 58,1% comparado ao ano de 2021. Tal redução se deu principalmente pelo comportamento do grão de soja em relação a variação do volume de CPR (Cédulas do Produtor Rural) e da variação das cotações dos contratos futuros de compra da *commodity*.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto ajustado totalizou R\$1.090.999 mil, representando aumento de 33,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$814.925 mil. A margem bruta ajustada foi de 15,8% aumento de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior. Tal resultado decorreu, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) **Insumos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$600.673 mil, correspondente a um aumento de 63,79% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$366.740 mil. A margem bruta do segmento de insumos foi de 23,7%, redução de 0,2 p.p. comparado a 2021. O crescimento do lucro bruto está relacionado ao incremento no volume vendido, já a margem foi impactada pelo aumento da participação do mercado de compra e venda de sementes, visto que nosso beneficiamento de sementes foi impactado pela quebra da safra com menor produção de sementes.

- (ii) **Grãos:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto antes do ajuste a valor justo totalizou R\$133.545 mil, correspondente a um aumento de 19,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$111.663 mil. A margem bruta do segmento de grãos foi de 9,9%, aumento de 2,0 p.p. comparado a 2021. O crescimento do lucro bruto foi impactado pelo aumento do *trading* de milho e trigo associado a melhores margens das duas culturas frente a soja. Vale destacar que, em 2022 tivemos um menor volume de *trading* de soja por conta da quebra de safra 21/22 no RS.
- (iii) **Indústria:** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto, antes do ajuste a valor justo totalizou R\$356.781 mil, correspondente a um aumento de 6,0% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$336.522 mil. A margem bruta do segmento da indústria foi de 11,9%, redução de 2,2 p.p. comparado a 2021. O ano de 2022 se mostrou desafiador para a Indústria, visto que, com a quebra de mais de 50% da safra no RS e exportação da soja aquecida, impactou os custos da Indústria.

Em adição às variações acima, o lucro bruto foi impactado pelo aumento na despesa relativa ao ajuste ao valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities, não alocada a cada um dos segmentos operacionais da Companhia, conforme descrito na seção anterior, e encerrou o ano de 2022 com um lucro bruto de R\$1.043.299 mil, apresentando crescimento de 48,8% em relação a 2021. A margem bruta foi de 15,2%, aumento de 2,1 p.p. em relação a 2021.

Despesas e Receitas (despesas) Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas totalizaram R\$505.648 mil, com aumento de 45,5% em relação a 2021, influenciadas principalmente pela expansão de novas lojas e readequação das estruturas atuais com maiores despesas com pessoal. Quando analisadas como percentual da receita operacional líquida, representaram 7,3% (6,5% em 2021), aumento de 0,8 p.p. comparado a 2021.

Resultado Operacional

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o nosso resultado operacional foi de R\$537.651mil, representando aumento de 52,05% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando o nosso resultado operacional foi de R\$353.594 mil. Tal aumento se deu pelos fatores apresentados acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o nosso resultado financeiro foi positivo em R\$2.670 mil (positivo R\$26.243 mil em 2021). Este resultado é explicado pelo aumento do endividamento da Companhia em vista da expansão de suas operações, com a necessidade de capital de giro em conjunto com a utilização dos recursos do IPO para o nosso plano de expansão de suas operações RS e MT.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, registramos um crédito tributário de R\$30.321 mil sobre imposto de renda e contribuição social, comparado a um crédito tributário de R\$50.469 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal variação decorreu, principalmente pelo fato de em 2021 ter sido reconhecido um imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Lucro líquido do período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o nosso lucro líquido foi de R\$571.174 mil, representando um aumento de 32,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando o nosso lucro líquido foi de R\$430.306 mil. Tal resultado é decorrente do desempenho dos três segmentos comentados nas seções anteriores.

FLUXO DE CAIXA

A tabela abaixo apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 2022 E 2021

	Exercício social encerrado em	
(em R\$ milhares)	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	257.697	105.523
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(39.948)	(1.123.540)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	154.975	1.116.915
Variação de caixa e equivalentes de caixa	372.724	98.898

Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais foi de R\$257.697 mil, representando uma variação de R\$152.174 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando houve caixa líquido utilizado nas atividades operacionais R\$105.523 mil. Tal variação decorreu, principalmente, pelo crescimento em todas as nossas operações contribuindo para o crescimento do lucro operacional.

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido utilizado nas nossas atividades de investimento foi de R\$39.948 mil, representando uma redução de R\$1.083.592 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal redução decorreu, principalmente, pelo aumento das aplicações financeiras.

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido gerado pelas nossas atividades de financiamento foi de R\$154.975 mil, representando redução de R\$961.940 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal redução decorreu, principalmente em função de no ano de 2021 a Companhia ter realizado sua oferta inicial de ações captando recursos no mercado, sendo que em 2022 não realizamos captações relevantes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Possuímos três segmentos operacionais. Entendemos que os principais componentes da nossa receita são:

- (i) Insumos: em que se destaca o varejo de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos);
- (ii) Grãos: em que se destacam a originação e a comercialização de soja, milho e trigo; e
- (iii) Indústria: em que se destaca a produção de casca, óleo, farelo de soja e biodiesel.

Para referência, a tabela abaixo demonstra a receita por cada segmento da Companhia:

	Exercício social encerrado em 31/12/2022		Exercício social encerrado em 31/12/2021	
(em R\$ milhares, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total
Insumos	2.535.397	36,8%	1.534.116	28,7%
Grãos	1.348.050	19,6%	1.412.296	26,5%
Indústria	3.002.392	43,6%	2.392.905	44,8%
Receita Líquida Total	6.885.839	100,0%	5.339.317	100,0%

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

A subvenção para investimentos da Companhia (benefício fiscal), foi de R\$209.964 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$123.300 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Tributação

Os resultados das nossas operações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

A tributação no nosso ramo de atuação varia de acordo com uma série de fatores, a depender dos produtos, matérias-primas, destinos e origens. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os produtos mais relevantes para a Companhia foram: farelo de soja (26% da nossa receita líquida), biodiesel (18% da nossa receita líquida), proteção de cultivos (17% da nossa receita líquida) e fertilizantes (16% da nossa receita líquida).

Os impostos incidentes sobre as vendas nas operações, basicamente são: ICMS e PIS/Cofins, contudo com carga reduzida, isenta ou alíquota zero, conforme determina a legislação vigente.

O biodiesel possui crédito presumido de PIS/COFINS, o qual por algumas vezes, nos torna credores, pois este crédito varia de acordo com o preço de venda do biodiesel. O fato de adquirirmos matérias primas diretamente do agricultor familiar (pessoa física), traz benefícios tributários.

Além dos regimes e benefícios apontados acima, também usufruímos dos benefícios de subvenção de ICMS para Investimentos. Esses incentivos reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas as condições estabelecidas na legislação tributária.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Preços de *commodities*

Nossos resultados são diretamente afetados pelos preços das *commodities*, especialmente os preços da soja em grãos, óleo de soja e biodiesel, que são afetados pela dinâmica da oferta e da demanda relacionada a produção e consumo de combustíveis e a produção e consumo de soja no mundo e no Brasil. Os preços das *commodities*, globalmente e no Brasil, têm sido historicamente cíclicos e sensíveis as mudanças nacionais e internacionais de oferta e demanda. Como resultado da volatilidade dos preços das *commodities*, nossos resultados podem flutuar e podemos enfrentar períodos de queda nos preços de nossos produtos e aumento dos custos de nossas matérias-primas, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Sazonalidade

Sazonalidade também é um fator importante que impacta os preços da soja. O período da colheita é entre março e abril, sendo marcado pelo aumento da oferta e a consequente diminuição dos preços da soja. Cabe ressaltar que fatores internacionais também influenciam diretamente os preços comercializados no mercado interno (*basis*), como por exemplo, a guerra comercial entre China e EUA, o qual pressionou a demanda da oleaginosa no Brasil nos últimos anos.

Taxa de Câmbio

Os nossos resultados operacionais são significativamente afetados pelas flutuações das taxas de câmbio, visto que, as recentes desvalorizações do real frente à moeda norte-americana permitiram o crescimento das receitas das vendas para o mercado externo. Adicionalmente, a formação de preços na comercialização do mercado interno das *commodities* do complexo soja são diretamente impactadas pelo câmbio.

iii. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A nossa receita de venda está diretamente relacionada as variações de preços dos produtos e variações das quantidades de mercadorias vendidas. Sendo assim, variações na taxa de câmbio, juros e inflação não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita.

iv. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público-alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

2.2 Resultados operacional e financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Crescimento do PIB.....	2,9%	4,6%
Inflação (IGP-M).....	5,5%	17,8%
Inflação (IPCA)	5,8%	10,1%
Taxa de câmbio no final do exercício por US\$ 1,00	R\$5,286	R\$5,581

Fontes: IBGE e Banco Central Brasileiro.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, porém, um aumento significativo na inflação poderia afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro ICPC 22 / IFRIC 23

A interpretação ICPC 22 (IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC32 (IAS 12) e não se aplica a tributos fora do âmbito dessa norma nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. Realizamos a adoção da norma a partir da data de vigência e conclui-se que não há impactos relevantes em nossas informações financeiras.

Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

A norma CPC 06 (R2 – IFRS 16) foi adotada por nós a partir de 1º de janeiro de 2019, tendo sido realizada a revisão dos contratos de arrendamento em face das novas regras contábeis de arrendamento. A norma afeta, em especial, a contabilização dos nossos arrendamentos operacionais.

A norma inclui as seguintes isenções de reconhecimento, as quais foram adotadas por nós:

- a) Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores);
- b) Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos);
- c) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis.

Aplicamos o CPC 06 (R2– IFRS 16) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. A nossa abordagem definida não exige a reapresentação dos valores e não impacta o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre capital próprio, além de possibilitar a utilização dos expedientes práticos.

Possuímos arrendamentos de lojas utilizadas para a operação. A mensuração dos contratos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais foram considerados as renovatórias de acordo com o histórico de renovações e quando identificada a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto baseada na taxa incremental de captação de empréstimos para aquisição de imobilizado.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no nosso resultado ou no nosso patrimônio líquido divulgado.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos aplicando a abordagem 'integralmente vinculada', com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2022, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso é de R\$ 1.552 e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 1.405, resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 147. De acordo com as alterações, a Companhia irá apresentar um imposto diferido passivo separado de R\$ 1.905 e um imposto diferido ativo separado de R\$ 2.052. Não haverá impacto sobre os lucros acumulados com a adoção das alterações.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. A adoção antecipada é permitida se divulgada.

A Companhia avaliou possíveis impactos da adoção dessa norma e concluiu que as alterações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia avaliou possíveis impactos da adoção dessa norma e concluiu que as alterações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Não existem outras novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Atualização do CPC 26/IAS 1 E CPC 23/IAS 8 definição de materialidade

As atualizações do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020. A administração da Companhia entende que estas atualizações não trouxeram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, pois aplica a orientação técnica OCPC 7 e com isso divulga somente informações relevantes.

Atualização do IFRS 16 E Deliberação CVM Nº 859/2020

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendatários, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

A companhia avaliou e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Os relatórios de auditoria e revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Companhia nos três últimos exercícios sociais, foram emitidos sem ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Incorporação, aumento de capital e reorganização societária

Em 30 de novembro de 2020, foi realizada a incorporação total da Tentos do Sul Comercial Agrícola Ltda., pela Companhia, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em 04 de janeiro 2021. Foi aprovado também o aumento de capital social da Companhia em R\$10.000.000,00, mediante a emissão de 10.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, passando seu capital social para R\$210.000.000,00. Para mais informações sobre a Tentos do Sul, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia por meio de Assembleia Geral Extraordinária, incorporou parte do acervo cindido da Sinuelo Participações Ltda. ("Sinuelo"), até então controladora da Companhia, o qual era composto pelas ações ordinárias nominativas da própria Companhia. Em decorrência da incorporação e em substituição à acionista Sinuelo, foi aprovado o ingresso dos sócios da Sinuelo na Companhia.

Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária, por meio da qual os acionistas aprovaram um novo aumento de capital da Companhia, de R\$190.000.000,00 (mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais, passando seu capital social de R\$210.000.000,00 para R\$400.000.000,00, com a emissão de 190.000.000 novas ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, distribuído na proporção do seu capital social, sendo este o capital social atual.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou nossas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras ou nos nossos resultados.

2.5 Medições não contábeis

Entendemos que as medições não contábeis apresentadas abaixo são apropriadas para o melhor entendimento de nossa atividade e de nossa geração de caixa, sendo essas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por nossa administração para avaliação de nossa performance.

a. **Valor das medições não contábeis:**

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"). O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e refere-se ao EBITDA ajustado pelo valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela Receita.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis definidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos do lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicadores de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Seguem abaixo os nossos valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais:

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	575.397	381.058	347.081
EBITDA Ajustado	623.097	494.929	387.430
Margem EBITDA	8,4%	7,1%	11,2%
Margem EBITDA Ajustado	9,0%	9,3%	12,4%

2.5 Medições não contábeis

ROAE (Return on Average Equity)

O ROAE (*Return On Average Equity*) consiste no lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido médio (calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício corrente e o patrimônio líquido do exercício anterior) da Companhia ("ROAE").

O ROAE não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não deve ser considerado isoladamente como indicador do desempenho operacional e/ou de nossa liquidez. O ROAE não possui um significado padrão e, desta forma, outras empresas podem calcular o ROAE de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

Seguem abaixo os valores do ROAE para os três últimos exercícios sociais:

	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
ROAE	22,5%	29,1%	44,3%

Lucro Operacional (NOPAT)

O Lucro Operacional – NOPAT (*Net Operating Profit after Taxes*) consiste no lucro líquido antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social (resultado operacional), líquido do efeito hipotético de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva daquele período/exercício.

O NOPAT não é uma medida contábil definida pelo BR GAAP ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como base para distribuição de dividendos ou, ainda, como indicador de liquidez. O NOPAT não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com a definição de NOPAT de outras companhias.

A tabela abaixo apresenta os valores do NOPAT referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(Em R\$ mil)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
NOPAT	568.504	404.063	318.295

ROIC (Return on invested capital)

O ROIC (*Return on invested capital*) é calculado pela divisão do lucro operacional após impostos (*Net Operating Profit After Taxes*) ("NOPAT") pela média entre o capital investido corrente e o capital investido anterior ("Capital Investido"). O NOPAT consiste no lucro líquido antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social (resultado operacional), líquido do efeito hipotético de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva daquele período/exercício. O Capital Investido é a soma dos nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), do nosso patrimônio líquido menos o nosso caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira

2.5 Medições não contábeis

distinta da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia. Entendemos que a medição do ROIC é útil para a medição do resultado e do nosso retorno em relação aos nossos investimentos, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

A tabela abaixo apresenta os valores do NOPAT referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(Em percentuais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
ROIC	21,2%	25,2%	36,2%

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) equivale ao total da Dívida Bruta (correspondente ao somatório de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(R\$ mil)	Em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Bruta	1.096.070	799.700	641.555
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(216.915)	(290.892)	388.863

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definidas pelas práticas contábeis adotadas pelo BRGAAP e nem pelas IFRS e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) de maneira diferente daquela por nós utilizada.

b. Reconciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado a partir do nosso lucro líquido:

2.5 Medições não contábeis

(R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	571.174	430.306	246.263
(+) Resultado financeiro líquido	(2.670)	(26.243)	72.032
(+) Imposto de renda e contribuição social	(30.853)	(50.469)	9.180
(+) Depreciação e amortização	33.012	27.464	19.606
EBITDA	575.397	381.058	347.081
(+) Valor justo de instrumentos (ativos e passivos) atrelados a commodities	47.700	113.871	40.349
EBITDA Ajustado	623.097	494.929	387.430
Margem EBITDA	8,4%	7,1%	11,2%
Margem EBITDA Ajustado	9,0%	9,3%	12,4%
Receita líquida	6.885.839	5.339.317	3.112.439

ROAE (Return on Average Equity)

A tabela abaixo evidencia os nossos valores do ROAE, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em R\$ mil, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	571.174	430.306	246.263
Patrimônio Líquido Médio	2.533.806⁽²⁾	1.477.796⁽²⁾	555.977⁽¹⁾
ROAE	22,5%	29,1%	44,3%

(1) Calculado pela média entre o patrimônio líquido do exercício corrente e o patrimônio líquido do exercício anterior.

(2) Calculado pela média do patrimônio líquido dos últimos quatro trimestres

NOPAT

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do NOPAT nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

2.5 Medições não contábeis

(Em R\$ mil)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos (resultado operacional)	537.651	353.594	327.475
IR e CSLL ⁽¹⁾	30.853	50.469	(9.180)
NOPAT	568.504	404.063	318.295

(1) Foram utilizadas as seguintes alíquotas base: 5,7%, 13,3% e -3,6% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

ROIC (Return on invested capital)

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROIC nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
NOPAT	568.504	404.063	318.295
(+) Empréstimos e financiamento (circulante)	599.144	488.866	406.155
(+) Empréstimos e financiamento (não circulante)	496.926	310.834	235.400
(+) Patrimônio líquido	2.818.555	2.236.240	712.132
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(879.155)	(1.090.592)	(252.692)
Capital Investido	3.035.470	1.945.348	1.100.995
Média do Capital Investido	2.490.409⁽²⁾	1.602.591⁽²⁾	880.263⁽¹⁾
ROIC	21,2%	25,2%	36,2%

2.5 Medições não contábeis

- (1) Calculado pela média entre o capital investido do exercício corrente e o capital investido do exercício anterior.
- (2) Calculado pela média do capital investido dos últimos quatro trimestres.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida (caixa líquido) nas datas abaixo indicadas:

	Em		
(R\$ milhares)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante)	599.144	488.866	406.155
(+) Empréstimos e financiamentos (não circulante)	496.926	310.834	235.400
(=) Dívida Bruta	1.096.070	799.700	641.555
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(879.155)	(1.090.592)	(252.692)
(=) Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(216.915)	(290.892)	388.863

c. *Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da nossa Companhia:*

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados por nossa Administração para avaliar o resultado de nossas operações, facilitando a comparabilidade da evolução operacional ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto, no nosso entendimento, no fluxo de caixa.

Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às nossas demonstrações financeiras, mas não são medições contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, e não devem ser utilizados como substitutos do lucro líquido do fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez e/ou como base de distribuição de dividendos.

Entendemos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são medições apropriadas para a correta compreensão dos resultados das nossas operações, posto que, no seu cálculo, não são incluídas despesas de depreciação/amortização, de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e resultado financeiro, não sendo, portanto, afetado por flutuações nas taxas de juros,

2.5 Medições não contábeis

alterações na carga tributária relativa à imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do ativo imobilizado, intangível e direito de uso.

ROAE (*Return on Average Equity*)

Entendemos que a medição do ROAE (*Return on Average Equity*) é útil para a avaliação do nosso resultado e do nosso retorno em relação aos nossos investimentos, pois é uma ferramenta comparativa significativa para mensurar o desempenho operacional e, assim, embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

NOPAT

Acreditamos que o lucro operacional (NOPAT) é uma importante ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

ROIC (*Return on invested capital*)

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é uma medida de rentabilidade sobre o capital alocado, amplamente utilizado pela nossa administração.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Entendemos que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente daquela utilizada pela nossa administração.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não ocorreram eventos subsequentes às nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

	31/12/2022
a. Regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais	<p>De acordo com o disposto no nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência, e em consonância com o artigo 189 da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") das Sociedades por Ações, do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.</p> <p>Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem:</p> <p>a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até que atinja 20% do nosso capital social;</p> <p>b) do lucro líquido restante, após procedidos os ajustes previstos por lei para a gratificação dos administradores e eventual constituição de reservas para contingências e de lucros a realizar, uma parcela de 5% será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, na forma dos artigos n.º 201 e 202 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto no nosso Estatuto Social vigente em tal exercício;</p> <p>c) visando compensar eventual diminuição de lucro, em decorrência de perda provável em período futuro, fica a Assembleia Geral, atendendo à proposta da Diretoria, autorizada a constituir reservas nos termos do artigo 195 e seus parágrafos e artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;</p> <p>d) a Assembleia Geral destinará eventual o saldo dos lucros remanescentes, como se segue: (i) sua distribuição parcial ou total como dividendo suplementar; ou (ii) a formação de um fundo especial de reserva para um aumento futuro de capital, sem que possa este fundo ultrapassar a 25% do lucro líquido, e colocando-se como limite o montante do capital social.</p>
a.i. Valores das retenções de lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o nosso lucro líquido foi de R\$571.437 mil onde somado ao ajuste de avaliação patrimonial de R\$948 mil, totalizamos R\$572.385 mil, cuja destinação foi (i) R\$4.643 mil para constituição de reserva legal que, em conjunto com o montante de R\$4.768 mil (parcela oriunda de reversão de parcela da reserva para incentivos fiscais, referente à reserva constituída relativa ao crédito presumido de ICMS,</p>

2.7 Destinação de resultados

	31/12/2022
	destinada a cobertura de reserva legal dos anos anteriores); (ii) R\$479.519 mil para a constituição de reservas para incentivos fiscais; e (iii) R\$26.216 mil para a constituição de reservas de investimento.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi retido do <u>lucro líquido</u> (i) [1,6]% para a constituição de reserva legal; (ii) [83,9]% para a constituição de reservas para incentivos fiscais; e (iii) [4,6]% para a constituição de reservas de investimento (percentuais referem-se ao lucro líquido do exercício e desconsidera o ajuste de avaliação patrimonial, descrito na Nota Explicativa 23 das Demonstrações Financeiras). As retenções foram realizadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia.
b. Regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios sociais.	De acordo com o nosso Estatuto Social vigente no exercício social em referência: a) no mínimo 5% do nosso lucro líquido ajustado, de cada exercício social, calculado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, deve ser destinado ao pagamento de dividendos aos nossos acionistas; b) os acionistas têm direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados; c) poderemos elaborar balanços semestrais e distribuir dividendos semestralmente, observado o artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações; d) poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e e) o dividendo será pago no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, sendo que nós

2.7 Destinação de resultados

	31/12/2022
	podemos também levantar balanço trimestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo o disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, nós não possuíamos restrições a distribuição de dividendos.
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	Não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, realizamos investimentos na aquisição de imobilizado de R\$716.072 mil em ampliações das lojas da Companhia com novos depósitos para grãos e insumos, além da conclusão da ampliação e reforma da planta fabril de Cruz Alta e construção da nova fábrica no município de Vera, Mato Grosso.

Os nossos investimentos atuais e futuros estão em linha com o nosso plano de expansão orgânico que visa aumentar a cobertura de áreas agricultáveis no Estado do Rio Grande do Sul, instituindo novas lojas nas regiões da Fronteira Oeste do Estado, na região do Alto-Uruguai bem como na região dos Campos de Cima da Serra. O plano de crescimento para o segmento de grãos e insumos prevê implantação de 22 novas lojas que atendam o segmento de varejo e origem grãos para o segmento industrial. O plano de expansão também compreende a continuação da ampliação do parque industrial no Estado, já financiado por dívida de longo-prazo junto a instituições bancárias. Em termos de expansão interestadual, já iniciamos prospecção de local para implantação de unidade fabril no Estado do Mato Grosso, onde pretendemos processar 2.600 toneladas por dia a partir de 2023 na região da BR 163, próximo aos municípios de Sinop e Sorriso que possuem localizações estratégicas. Visando replicar a estratégia de ecossistema já existente no Estado do Rio Grande do Sul, instalaremos no Estado do Mato Grosso lojas de originação de grãos e comercialização de insumos (sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas) para suprir as necessidades de processamento de nossa planta industrial.

Por fim, pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A administração da Companhia, ao longo dos anos, reinvestiu sua geração de caixa, e utilizou capital de terceiros em forma de dívida, para ampliar o número de lojas de varejo e parque industrial. Adicionalmente, a Companhia vem utilizando os recursos da Oferta Pública de Ações para acelerar os planos de crescimento expostos no item 2.10(a)(i).

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

2.10 Planos de negócios

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Conforme posto no item 2.10(a)(i), pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Conforme informado no item 2.10(a)(i), pretendemos ampliar o desenvolvimento de ferramentas digitais para o segmento de insumos, por meio do uso do aplicativo (app IOS e Android) desenvolvido para utilização dos nossos clientes. O montante gasto com investimentos para o desenvolvimento do aplicativo, totalizou R\$1.528 mil no exercício social encerrado em 2022, R\$1.218 mil no exercício social encerrado em 2021 e R\$772 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Pretendemos continuar a evoluir no desenvolvimento do nosso aplicativo para venda online de grãos para o segmento de varejo, a qual permite que clientes produtores rurais que entregam sua produção em lojas da Companhia podem operacionalizar a transação por meio de aplicativo móvel, inclusive com emissão de Nota Fiscal Eletrônica por meio de Certificado Digital.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve nenhum outro gasto no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, além dos valores informados no item 2.10(c)(ii) acima.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Na 3tentos, acreditamos e trabalhamos ativamente para promover uma agricultura sustentável, do campo à indústria e à população, por meio de uma estratégia que abrange o varejo de insumos agrícolas, a originação e trading de grãos, e a industrialização. Geramos valor significativo a todas as partes envolvidas e criamos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes, visando sempre a parceria.

Dentro de nossa abordagem de gestão, buscamos alinhar todos os segmentos de forma que a sustentabilidade do negócio ocorra de maneira genuína. Engajados em fomentar a agricultura familiar, desde 2013 contamos com o Selo de Combustível Social, o qual atesta que 40% da matéria-prima utilizada para a produção de biodiesel é proveniente de pequenas propriedades. Contamos com mais de 3.500 produtores da agricultura familiar, que na safra 2022/2023 puderam contar com assistência técnica de forma gratuita, além de um incentivo financeiro extra na entrega da soja.

Nos últimos anos, o setor agroindustrial tem contribuído com a maior participação do biodiesel no setor de transportes, visando a redução do uso de diesel de origem fóssil (o qual apresenta um nível superior em termos de emissões de Gases de Efeito Estufa).

Nesse contexto, contribuimos ativamente para o combate às mudanças climáticas, a partir da produção de biocombustível limpo proveniente de matéria-prima renovável, evitando níveis elevados de emissão de carbono equivalente (CO₂eq) para a atmosfera.

2.10 Planos de negócios

A 3tentos acredita que o uso de produtos biológicos e seus benefícios nos sistemas de cultivo correspondem a uma tecnologia atual e sustentável que nos possibilita a busca pela agricultura regenerativa. Com o objetivo de promover uma relação custo-benefício mais adequada para cada realidade, baseamos nossas informações em testes com precisão científica graças ao nosso Centro de Pesquisa, que está constantemente investindo em inovação no campo e na geração de informações para o ganho de eficiência com garantia de sustentabilidade.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações relevantes relacionadas ao capítulo 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram pela aprovação da nossa política de gerenciamento de riscos, conforme aditada em reunião realizada em 25 de março de 2021 ("Política de Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de controlar ou mitigar os riscos aos quais estamos expostos.

A aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos é monitorada semestralmente pelo Conselho de Administração, pelos seus Comitês de Gestão de Riscos e de Auditoria e, regularmente, pela Diretoria.

O inteiro teor de nossa Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

b. objetos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo (i) proteger nossa solvência e os nossos resultados a longo prazo através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais estamos expostos no exercício de nossas atividades; e (ii) assegurar a adequação, fortalecimento, eficiência e integridade do nosso sistema de controles internos ("Gerenciamento de Riscos"), com o objetivo de reduzir a probabilidade de incidência de tais riscos e seus impactos de perdas, com a consequente criação de valor e preservação da longevidade dos nossos negócios.

i. riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção para os riscos que podem causar impactos negativos para nós, sendo os principais riscos classificados da seguinte forma:

Riscos Estratégicos: são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos. Também são classificados como riscos estratégicos os que podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou no nosso capital, em consequência de planejamento falho ou de mudanças no ambiente de negócios, alheios à nossa vontade. Incluem riscos de continuidade de negócio, mudanças de políticas governamentais que afetem nossos negócios, entre outros.

Riscos Operacionais: são aqueles que envolvem a operação, pessoas chave, sistemas de informação, processos, controles internos, clientes, receitas e outros ativos que podem implicar perdas financeiras, danos de reputação e imagem e declínio do nosso resultado. Dentre eles, podemos citar: inviabilidade do produto, não aderência do produto ao consumidor, clientes e mercado (baixo volume de vendas, perdas para concorrência, preço não condizente, produto ou serviço não compatíveis e momento indevido de lançamento), dentre outros.

Riscos Financeiros: são aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

investimentos financeiros, dentre outros. Dentre eles, podemos citar: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Riscos Jurídicos: são aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais estamos no polo passivo ou ativo, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações trabalhistas movidas por colaboradores e prestadores de serviços, dentre outros.

Riscos Socioambientais: são aqueles relacionados à possibilidade de incorrer em perdas advindas de efeitos negativos no meio-ambiente e/ou na sociedade decorrentes de impacto ambiental, em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

Riscos de Imagem: são aqueles decorrentes da eventual possibilidade de termos nosso nome, marca e/ou credibilidade desgastados no mercado ou perante autoridades em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

Riscos Regulatórios: são aqueles que decorrem do atraso ou dificuldade na obtenção de licenças ou permissões regulatórias, ou ainda, do não cumprimento das normas regulatórias e dos limites definidos pela legislação.

Os riscos são classificados através de critérios de impacto e probabilidade, definidos em metodologia própria. Essa classificação permite a priorização do tratamento dos riscos e implementação de controles sendo que os riscos classificados como graves devem ser tratados prioritariamente e os médios e baixos na proporção de suas exposições.

ii. instrumentos utilizados para a proteção

Identificamos e tratamos os riscos aos quais estamos expostos com o intuito de mitigá-los e mantê-los em um nível aceitável, típico de atividade empresarial e intrínseco aos nossos negócios.

O principal instrumento utilizado no processo de Gerenciamento de Riscos é a "Matriz de Risco", ferramenta por meio da qual se busca indicar graficamente, os riscos: (i) de baixa probabilidade e baixo impacto; (ii) de baixa probabilidade e alto impacto; (iii) de alta probabilidade e baixo impacto; e, por fim, (iv) de alta probabilidade e alto impacto, auxiliando nos processos decisórios e na definição do nosso apetite a risco. Com base no monitoramento da Matriz de Risco, buscamos implementar nossos procedimentos internos de gerenciamento de riscos, com o intuito de minimizar os seus efeitos e assegurar o cumprimento de nossos fundamentos corporativos, princípios e valores empresariais.

Além da Matriz de Risco, são utilizados mecanismos de comunicação, treinamento, monitoramento, auditoria, testes de conformidade, canal de denúncias, dentre outros, com o intuito de nos proteger e também nossos colaboradores de riscos identificados durante o processo de Gerenciamento de Riscos. Detalhes sobre procedimentos e mecanismos aplicáveis à identificação e tratamento de riscos estão previstos no item (iii) a seguir e no item 5.2 deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Também possuímos códigos e políticas internas que recomendam e estabelecem procedimentos e condutas que devem ser observados por nossos administradores, colaboradores, consultores e terceiros com os quais mantemos relacionamento comercial com o intuito de minimizar nossa exposição aos riscos previstos no item (i) acima.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Diretoria, a área de riscos e *compliance* e a área de auditoria interna possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. As funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos não poderão ser acumuladas com as atividades operacionais, nos termos da regulamentação aplicável. Outros comitês de assessoramento estatutários ou não- poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o aprimoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

Compete ao nosso Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- i. aprovar Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;
- ii. estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de Gerenciamento de Riscos;
- iii. avaliar e aprovar a Matriz de Riscos;
- iv. acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de Gerenciamento de Riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;
- v. assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir suas despesas de funcionamento;
- vi. supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas por nós;
- vii. receber por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da auditoria interna promovidos no âmbito do processo de Gerenciamento de Riscos;
- viii. avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gerenciamento de Riscos; sendo certo que deverá avaliar, ao menos anualmente, a área de auditoria interna para verificar se a estrutura e orçamento empregados são suficientes para o desempenho de suas funções;
- ix. definir o nosso apetite a riscos;
- x. acompanhar a evolução do Gerenciamento de Riscos por meio do nosso enquadramento aos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

limites estabelecidos;

- xi. monitorar o Comitê de Auditoria, bem como quaisquer outros Comitês de Assessoramento, caso existentes, e definir as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais Comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema; e
- xii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

O nosso Conselho de Administração foi criado em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data.

Compete à nossa Diretoria, dentre outras atribuições:

- i. implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;
- ii. executar a Política de Gerenciamento de Riscos e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão; e
- iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua respectiva gestão, avaliando probabilidade de sua ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e/ou mitigação.

Compete ao nosso Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições:

- i. avaliar e monitorar nossa exposição aos riscos;
- ii. supervisionar as atividades das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil;
- iii. acompanhar as atividades da auditoria interna e da nossa área de riscos e *compliance*;
- iv. avaliar a efetividade do nosso modelo de Gerenciamento de Riscos e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;
- v. reportar ao Conselho de Administração e recomendar a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de Gerenciamento de Riscos;
- vi. assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao Gerenciamento de Riscos;
- vii. avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- viii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Informamos que na data deste Formulário de Referência, a nossa Diretoria está em pleno funcionamento.

Compete à nossa área de riscos e *compliance*, dentre outras atribuições:

- i. consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria;
- ii. elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos;
- iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria; e
- iv. conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de Riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

A nossa área de riscos e *compliance* foi criada em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data e seus integrantes não acumulam suas funções com qualquer tipo de atividade operacional da nossa Companhia.

Compete à nossa área de auditoria interna, dentre outras atribuições:

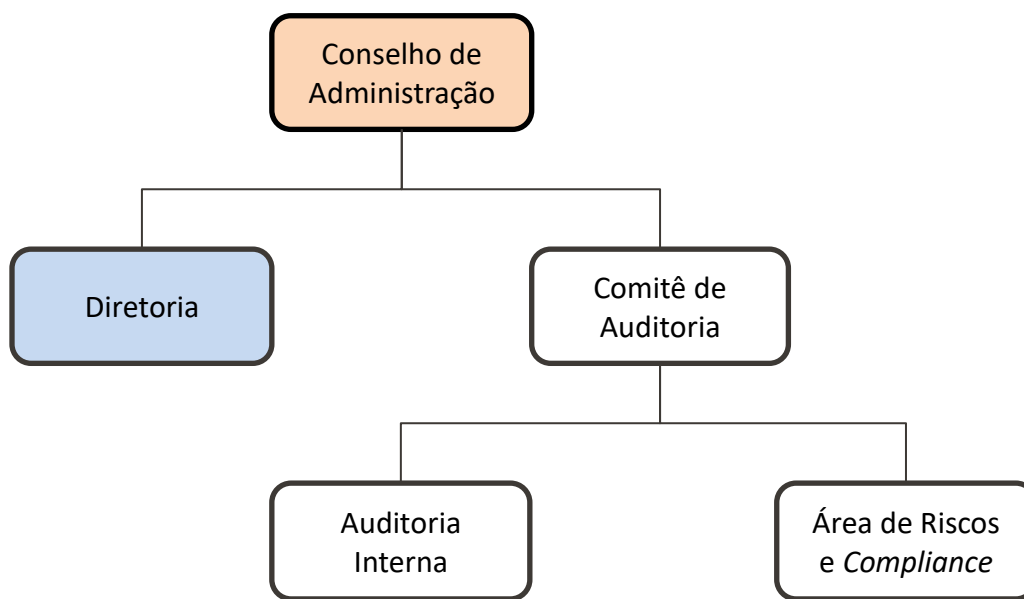
- i. documentar e zelar pelo cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos, bem como prover suporte em processos de revisão de tais documentos;
- ii. avaliar periodicamente a aderência aos controles internos, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;
- iii. reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de auditorias e avaliações realizadas nas áreas monitoradas por tal área;
- iv. mapear os controles chaves por processo, e executar testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves; e
- v. identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias avaliando e testando as melhorias nos controles implementados. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

A nossa área de auditoria interna foi criada em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Comitê de Auditoria é vinculado ao Conselho de Administração, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrar despesas com seu funcionamento.

Considerando as atribuições definidas acima, a Companhia adota o organograma de reporte abaixo em seu Gerenciamento de Riscos:



Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais. O nosso Comitê de Auditoria foi criado em 19 de fevereiro de 2021 e está em pleno funcionamento desde tal data.

Nossa estrutura organizacional de processos de gerenciamento de riscos e de controles internos utiliza como parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*)-COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos, conforme processo abaixo:

- **Ambiente Interno:** o ambiente interno inclui a estrutura organizacional, os recursos humanos e físicos, a cultura e os nossos valores e de nossas controladas, sendo considerado a base para todos os demais componentes da estrutura de controles, estabelecendo a forma, o gerenciamento, o monitoramento e a disciplina dos administradores e demais colaboradores alocados fisicamente em nossas dependências, em relação à estrutura de controles internos.
- **Fixação de Objetivos:** os objetivos devem ser estabelecidos antes da identificação das situações em potencial que poderão afetar sua realização. O Gerenciamento de Riscos envolve a adoção, pela

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

nossa Administração, de processos que visam estabelecer o alinhamento entre os objetivos fixados e a nossa missão, levando-se em consideração sua disposição para um determinado apetite a risco.

- **Identificação de Eventos**: após a fixação dos objetivos, devem ser identificados os eventos que podem prejudicar a realização destes objetivos. Durante o processo de identificação de eventos, estes poderão ser classificados como riscos, oportunidades ou ambos. A identificação das ocorrências que podem impactar adversamente nossos objetivos pode ser realizada de diversas formas, dentre as quais se destacam: (i) realização de auditorias internas periódicas; (ii) comunicações realizadas por colaboradores; (iii) alertas emitidos pelos sistemas de monitoramento; (iv) contatos de clientes relatando algum problema em seus produtos ou serviços; e/ou (v) denúncias realizadas pelo canal externo próprio para esse fim.
- **Avaliação de Riscos**: os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como serão administrados e, então, devem ser associados aos objetivos que podem influenciar. Avaliam-se os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade de ocorrência e os impactos que podem causar a nós, nossos *stakeholders* e terceiros. Os riscos são identificados e avaliados de acordo com a probabilidade de ocorrência e seu impacto sobre nossos negócios, inclusive, sobre a nossa imagem e reputação. Cada decisão leva em consideração os benefícios, os aspectos negativos e os riscos atrelados, mensurando a relação entre impacto e mitigação, para desenvolver planos de contingência e de continuidade adequados aos nossos negócios. Desta forma, os riscos identificados são classificados utilizando-se a Matriz de Riscos (mencionada no item (ii) acima), de acordo com o grau de relevância envolvido.
- **Resposta a Risco**: após a identificação e avaliação dos riscos, devem ser avaliadas as possíveis respostas aos referidos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. O tratamento conferido a cada um dos riscos identificados deve levar em consideração um conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e ao nosso apetite a risco.
- **Atividades de Controle**: são os procedimentos estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos identificados sejam executadas de forma tempestiva e eficiente.
- **Informações e Comunicações**: a comunicação eficaz é aquela que flui na organização em todas as direções, no tocante ao Gerenciamento de Riscos, de modo que nossos colaboradores recebam informações claras e precisas quanto às suas funções e responsabilidades.
- **Monitoramento**: o monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Com base nas informações descritas neste item 5.1, entendemos que nossa estrutura operacional e de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

controles internos para verificação da efetividade de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é adequada.

Conforme mencionado no item anterior, a nossa estrutura organizacional de processos de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em parâmetro as diretrizes estabelecidas pelo IBGC e pelo COSO, especialmente no que diz respeito ao fluxo de identificação, fixação de objetivos, avaliação, implementação e monitoramento dos riscos aos quais estamos expostos.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento e reavaliação com o objetivo de se verificar: (i) se a Política de Gerenciamento de Riscos, assim como nossos demais códigos e políticas, estão sendo efetivamente adotados; e (ii) eventuais necessidades de revisões ou melhorias.

No item anterior incluímos nosso organograma de reporte de Gerenciamento de Riscos, com a competência e as atribuições de cada órgão envolvido no processo de gestão de Riscos, conforme consta da nossa Política de Gerenciamento de Riscos.

O nosso Conselho de Administração deve acompanhar e direcionar os demais órgãos no desenvolvimento sólido de uma estrutura de Gerenciamento de Riscos.

Nosso Comitê de Auditoria, cuja criação foi aprovada por deliberação do nosso Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021 ("Comitê de Auditoria"), deve: (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes.

Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com nossa Administração, com os auditores internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal. Ademais, o nosso Comitê de Auditoria conta com o apoio da área de riscos e *compliance* e da auditoria interna na execução de suas atribuições descritas acima.

O nosso Conselho de Administração declara que o nosso Comitê de Auditoria possui estrutura e orçamento considerados suficientes para cumprimento de seus deveres e atribuições, conforme avaliação realizada pelo menos anualmente pelo órgão, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. A nossa Diretoria, por sua vez, deverá implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração, executar a Política de Gerenciamento de Riscos e identificar preventivamente os Riscos os quais a Companhia está exposta. A Diretoria deverá, ainda, fazer a respectiva gestão dos Riscos identificados, avaliar a probabilidade de sua ocorrência e adotar medidas para sua prevenção e/ou mitigação.

5.2 Descrição dos controles internos

a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

O registro das nossas operações é efetuado por meio de um sistema integrado de gestão empresarial e planejamento de recurso corporativo transacional, que nos possibilita integrar todos os nossos dados e processos em um único sistema.

A nossa administração também avalia a razoabilidade dos saldos de todas as movimentações financeiras e, em hipótese de discrepâncias relevantes, justificativas e ajustes são solicitados às respectivas áreas. Ademais, realizamos também a análise das variações das contas patrimoniais e de resultado. Todas as variações significativas das contas patrimoniais e de resultado são analisadas para checagem da coerência das justificativas e, caso haja quaisquer falhas identificadas, essas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

Os nossos Diretores entendem, ainda, que os nossos controles internos são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que operamos.

Adicionalmente, os nossos Diretores esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de nossos processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos nossos controles internos e de *compliance*. Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

b. estruturas organizacionais envolvidas

Nossa estrutura de controles internos é segmentada da seguinte forma:

- Nosso Conselho de Administração que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
 - i. aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras;
 - ii. estabelecer as diretrizes gerais das estratégias de Gerenciamento de Riscos;

5.2 Descrição dos controles internos

- iii. avaliar e aprovar a Matriz de Riscos;
- iv. acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de Gerenciamento de Riscos, dando apoio em caso de necessidade aos respectivos comitês que integram as atividades de Gerenciamento de Riscos;
- v. assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional, aprovando seu orçamento próprio destinado a cobrir suas despesas de funcionamento;
- vi. supervisionar as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas por nós;
- vii. receber diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da auditoria interna promovidos no âmbito do processo de Gerenciamento de Riscos;
- viii. avaliar a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gerenciamento de Riscos; sendo certo que deverá avaliar, ao menos anualmente, a área de auditoria interna para verificar se a estrutura e orçamento empregados são suficientes para o desempenho de suas funções;
- ix. definir o nosso apetite a riscos;
- x. acompanhar a evolução do Gerenciamento de Riscos por meio do nosso enquadramento aos limites estabelecidos;
- xi. monitorar o Comitê de Auditoria, bem como quaisquer outros Comitês de Assessoramento, caso existentes, e definir as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, casos tais Comitês não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema; e
- xii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.

- Homenagem aos Fundadores.

Em razão da relevante contribuição, dedicação, trabalho árduo e paixão pelo agronegócio dos fundadores Sr. João Osório Dumoncel e Sra. Clélia Dumoncel, que desde 1954 contribuem para trilhar o caminho de sucesso e fortalecer a nossa cultura, nomearemos “Conselheiros Beneméritos”, com função honorífica, vitalícia e personalíssima, não tendo caráter administrativo, de assessoria ou técnico. Os Conselheiros Beneméritos poderão participar das reuniões do nosso Conselho de Administração, não possuindo direito de voto e não podendo ser substituídos em suas ausências. Os Conselheiros Beneméritos não serão computados para os fins do caput do artigo 10 e seu parágrafo 1º, do nosso Estatuto Social.

5.2 Descrição dos controles internos

- Nossa Diretoria que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
 - i. implementar as nossas estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração;
 - ii. executar as políticas e regimentos e, sempre que necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais necessidades de revisão; e
 - iii. identificar riscos preventivamente e fazer sua respectiva gestão, avaliando probabilidade de sua ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e/ou mitigação.
- Nosso Comitê de Auditoria que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
 - i. avaliar e monitorar nossa exposição aos riscos;
 - ii. supervisionar as atividades das nossas Áreas Financeira, Controladoria e Contábil;
 - iii. acompanhar as atividades da auditoria interna e da nossa área de controles internos;
 - iv. avaliar a efetividade do nosso modelo de Gerenciamento de Riscos e sugerir soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades;
 - v. recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos, e nos nossos processos internos de Gerenciamento de Riscos;
 - vi. assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao Gerenciamento de Riscos;
 - vii. avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração; e
 - viii. praticar quaisquer outros atos e tomar quaisquer outras medidas relacionadas às competências listadas acima e necessárias ao fiel cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos.
- Nossa Área de riscos e *compliance* que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
 - i. consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria;
 - ii. elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos;

5.2 Descrição dos controles internos

- iii. identificar Riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria; e
 - iv. conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.
- Nossa Área de auditoria interna que tem as seguintes funções, dentre outras atribuições:
- i. documentar e zelar pelo cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como prover suporte em processos de revisão de tais documentos;
 - ii. avaliar periodicamente a aderência aos controles internos, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;
 - iii. reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de auditorias e avaliações realizadas nas áreas monitoradas por tal área;
 - iv. mapear os controles chaves por processo, e executar testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves; e
 - v. identificar novos riscos, vulnerabilidades e oportunidades de melhorias avaliando e testando as melhorias nos controles implementados. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

Nosso Comitê de Auditoria é vinculado ao nosso Conselho de Administração, sendo que possui autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhadamente de suas funções e procedimentos operacionais.

Além do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento, nossas áreas jurídica, financeira e de controladoria, com o apoio das nossas áreas de negócio, exercem funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos.

As funções desempenhas por tais áreas seguem as diretrizes definidas em nossa Política de Gerenciamento de Riscos, nosso Código de Conduta e Ética e nas nossas demais políticas, de modo a zelar pelo cumprimento de tais políticas e código tanto por nossos administradores, funcionários e demais colaboradores, quanto por terceiros que mantêm contratos conosco.

5.2 Descrição dos controles internos

Violações às nossas políticas e códigos que sejam constatadas pelas nossas áreas jurídica, financeira e de controladoria no âmbito do exercício de funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, devem ser imediatamente comunicadas ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria.

c. *forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela nossa administração, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento*

O processo de controle interno relativo à elaboração das nossas demonstrações financeiras e práticas contábeis adotadas por nós está descrito no item 5.2(a) deste Formulário de Referência.

As atribuições da Área de Auditoria Interna são aprovadas por nosso Conselho de Administração, sendo que a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna, também aprovados pelo Conselho de Administração, são considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada por nosso Comitê de Auditoria Interna ao menos uma vez ao ano.

A Auditoria Interna juntamente com as áreas responsáveis e a Diretoria Financeira tem como responsabilidade gerar relatório que apresenta as recomendações de melhoria dos principais pontos de controle levantados, o plano de ação para melhoria dos pontos de controle, o(s) responsável (eis) pela implementação do plano e o prazo para sua implementação. A Diretoria da área auditada toma conhecimento dos pontos de controle levantados no relatório de Auditoria Interna e acompanha a sua execução de forma a garantir a sua efetividade com o apoio da Diretoria Financeira.

A Auditoria Interna apresenta ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria periodicamente um resumo dos relatórios mais relevantes com a informação dos riscos, do ambiente geral de controle e a possibilidade de perdas. Além do relatório da Auditoria Interna, os auditores independentes também emitem um relatório contendo as suas recomendações de melhorias acerca do ambiente de controles internos da Companhia destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controles internos.

d. *deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado a nós pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.*

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, os auditores independentes consideram os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos nossos controles internos.

O relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 contém identificação de uma deficiência significativa nos controles internos da Companhia, conforme descrito abaixo.

5.2 Descrição dos controles internos

1- Ausência de controle formal de revisão/aprovação de lançamentos manuais

Os auditores independentes apontaram que no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que durante os procedimentos de auditoria identificaram que diversos lançamentos são realizados manualmente no sistema, como por exemplo, ajustes de valor justo dos ativos e passivos atrelados a Commodities. No entanto, não há limites de alçada para valores, tampouco parametrização quanto às contas contábeis que permitem lançamento manual. Verificaram que não há revisão formal dos lançamentos manuais. Risco de que sejam efetuados lançamentos manuais incorretos, os quais podem resultar em apresentação inadequada das demonstrações financeiras e até perdas financeiras para a Empresa.

Dessa forma, os auditores externos sugeriram à Companhia que o workflow de revisão/aprovações dos lançamentos manuais seja adequadamente formalizado.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

1- Ausência de controle formal de revisão/aprovação de lançamentos manuais

Em relação às recomendações de melhorias indicadas no item 5.2(d)(1), os lançamentos manuais efetuados pelos profissionais da Companhia são originados de cálculos efetuados em planilhas auxiliares, esses lançamentos são identificados, conciliados e revisados de acordo com sua ocorrência. Estamos buscando ferramentas que tragam automatização para os processos que ainda ocorrem de maneira manual, trazendo maior segurança ao processo de contabilização.

Estamos trabalhando para trazer maior automatização e padronização aos processos da Companhia, mitigando riscos de erros, ao mesmo tempo que aumentamos o nosso nível de revisão dos dados contabilizados periodicamente, bem como os apresentados em Demonstração Financeira. Adicionalmente, estamos elaborando workflow de revisão/aprovações para os processos que possuem maior interação manual para o cálculo e a respectiva contabilização.

5.3 Programa de integridade

Em 19 de fevereiro de 2021, nosso Conselho de Administração deliberou pela aprovação do nosso Código de Conduta e Ética ("Código de Conduta") , conforme aditado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2021, que estabelece, dentre outros, exemplos de atos que devem ser praticados no tocante à prevenção de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos contra a administração pública, cujas relações deverão ser sempre pautadas pela honestidade, boas práticas de mercado e pelo estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes. Além do Código de Conduta, questões de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública também são tratadas pela Política de Gerenciamento de Riscos e por nossas demais políticas, conforme descrito no item (i) a seguir. Práticas fraudulentas e ilícitas, apesar de não aceitáveis, em caso de ocorrência deverão ser imediatamente delatadas através do nosso canal de denúncias.

O inteiro teor do nosso Código de Conduta pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados por nós, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além do Código de Conduta, composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os padrões de comportamento que devem nortear a nossa atuação e da Política de Gerenciamento de Riscos, que tem por objetivo (i) proteger nossa solvência e os nossos resultados a longo prazo através do processo de identificar, mensurar e de tratar riscos aos quais estamos expostos no exercício de nossas atividades; e (ii) assegurar a adequação, fortalecimento, eficiência e integridade do nosso sistema de controles internos, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2021, conforme aditadas em reunião realizada em 25 de março de 2021, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram as seguintes políticas e regimentos internos:

(i) Política de Uso de Informações e divulgação de atos ou fatos relevantes ("Política de Divulgação"): tem o objetivo de oferecer aos acionistas, investidores, analistas de mercado, à imprensa financeira especializada e ao mercado em geral elevados padrões de governança, transparência e confiabilidade. Para tanto, está adequada às boas práticas de conduta no uso de informações relevantes e divulgação Ato ou Fato Relevante.

(ii) Política de negociação de valores mobiliários ("Política de Negociação"): tem o objetivo de regulamentar as operações com valores mobiliários de nossa emissão ("Valores Mobiliários"). A nossa Política de Negociação estabelece as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em relação à negociação com Valores Mobiliários, e enuncia as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos pela legislação aplicável, a negociação de tais Valores Mobiliários. A Política de Negociação se aplica a nós e a nossas controladas, quando aplicável;

5.3 Programa de integridade

(iii) Política de transações com partes relacionadas e conflitos de interesses ("Política de Transações com Partes Relacionadas"): tem o objetivo de atender às exigências da legislação vigente, em especial aos deveres de transparência, lealdade e idoneidade dos administradores e dos colaboradores, a fim de que os nossos interesses e de nossos acionistas sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos seus tomadores de decisão;

(iv) Política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Remuneração"): tem o objetivo de estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração, consolidando seus interesses com os nossos objetivos e os objetivos de nossas controladas;

(v) Política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"): tem o objetivo de propor o preenchimento dos cargos elegíveis com base em uma análise da necessidade do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento, conforme aplicável, garantindo a composição por membros de perfis diversificados, levando-se em conta experiências, competências, condutas, origens, faixa etária e gênero;

(vi) Política Socioambiental ("Política Socioambiental"): tem o objetivo de implementar controles para diversos impactos ambientais, tais como emissões atmosféricas, lançamentos em corpos d'água e no solo, uso de matérias-primas, uso de energia, consumo de produtos químicos, esgotamentos dos recursos naturais, etc.;

(vii) Regimento interno do Conselho de Administração ("Regimento Interno do Conselho de Administração"): tem o objetivo de evitar qualquer situação que possa gerar um conflito entre seus interesses pessoais e os nossos interesses;

(viii) Regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria"): tem o objetivo de (i) supervisionar, de maneira contínua e sistemática, os procedimentos de identificação de riscos, bem como nossos sistemas de controles internos; (ii) monitorar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória; e (iv) fiscalizar a atividade dos auditores independentes. Na execução de suas atribuições e responsabilidades, o Comitê de Auditoria deverá manter relacionamento efetivo com nossa Administração, com os auditores e internos e, caso instalado, com o Conselho Fiscal; e

(ix) Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade ("Regimento Interno do Comitê de Sustentabilidade") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, a Política Socioambiental, o Código de Conduta, o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e o Regimento Interno do Comitê de ESG e Sustentabilidade, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa"): tem o objetivo (i) o

5.3 Programa de integridade

assessoramento na implementação das diretrizes e metas de sustentabilidade previstas na Política Socioambiental; (ii) o monitoramento de forma clara e transparente do nosso desempenho quanto à implementação e ao cumprimento de tais diretrizes e metas; e (iii) a revisão, sempre que necessário, das diretrizes e metas de sustentabilidade com o objetivo de que se promova evoluções contínuas no nosso ecossistema e na adoção das melhores práticas;

As Políticas de Governança Corporativa estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os nossos valores, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos que identificamos, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

Possuímos, ainda: (i) o Comitê de Auditoria, como comitê de assessoramento não estatutário, ao qual compete, dentre outros, monitorar e avaliar as políticas, procedimentos e as nossas práticas de Gerenciamento de Riscos voltados para questões relativas a integridade, fraudes e ilícitos contra a administração pública; e (ii) o Comitê de ESG e Sustentabilidade, como comitê de assessoramento não estatutário, ao qual compete, dentre outros, definir as diretrizes que orientam a nossa atuação em sustentabilidade, baseadas em uma agenda de desenvolvimento do negócio pautada pela integração entre os aspectos econômicos, ambientais, sociais, de governança (ESG) e de relacionamento com o seu ecossistema. As nossas políticas vigoram por prazo indeterminado, mas podem ser reavaliadas antes deste período, se constatada a necessidade.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, os nossos órgãos que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Auditoria é o responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do nosso Código de Conduta, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade, bem como também avaliar casos que deverão ser submetidos à análise do nosso Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Caso não esteja instalado, cabe ao Diretor de Recursos Humanos a propositura de tais medidas necessárias.

São atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras previstas em seu regimento interno ou nossas demais políticas:

- i. Promover o comportamento ético e a manutenção do padrão de conduta em toda a Companhia;
- ii. Assegurar a implementação e o cumprimento do Código de Conduta, assim como do Estatuto Social e das nossas demais políticas e regimentos internos e das leis anticorrupção;

5.3 Programa de integridade

- iii. Receber informações de violações do Código de Conduta, assim como do Estatuto Social e das nossas demais políticas e regimentos internos e das leis anticorrupção que requerem investigação mais apurada;
- iv. Garantir o sigilo sobre as informações recebidas;
- v. Garantir que as denúncias sejam tratadas com isenção e imparcialidade;
- vi. Realizar os levantamentos necessários para suportar as decisões sobre as denúncias de violações recebidas;
- vii. Analisar e avaliar as violações recebidas e tomar as decisões cabíveis; e
- viii. Considerando: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências de uma eventual sanção; propor as sanções cabíveis e, nos casos mais graves (ou seja, aqueles que podem gerar um efeito adverso à Companhia (inclusive reputacional) e/ou a seus acionistas, colaboradores, parceiros, comunidade em que atue local e globalmente), encaminhar ao Conselho de Administração ou a Assembleia Geral para a tomada de decisão, conforme o caso, garantindo a aplicabilidade do Código de Conduta aos próprios administradores.

As seguintes instâncias se envolvem no processo de implementação e monitoramento de nosso programa de integridade:

- *Recursos Humanos.* Após o recebimento de denúncias, em nosso canal, pela Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda. empresa terceirizada contratada por nós para gerir o nosso Canal de Denúncias, as denúncias são encaminhadas aos Recursos Humanos e Auditoria Interna que em conjunto fazem a análise e investigação das denúncias recebidas;
- *Área de Riscos e Compliance.* Compete à Área de Riscos e *Compliance*, dentre outras atribuições: (i) consolidar a nossa avaliação de riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos, e reportá-los ao Comitê de Auditoria; (ii) elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos; (iii) identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e mitigação junto ao Comitê de Auditoria; e (iv) conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador;
- *Auditoria Interna.* Tem a função de reportar ao Comitê de Auditoria o resultado de eventuais investigações internas relativas a relatos recebidos via canal de denúncias; e

5.3 Programa de integridade

- Áreas jurídica, financeira e de controladoria, com o apoio das áreas de negócio, exercem funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos.

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado

Adotamos um Código de Ética que foi devidamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2021, conforme aditado em reunião realizada em 25 de março de 2021. O Código de Ética define nosso propósito, visão e valores, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de nossos colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O inteiro teor do nosso Código de Ética pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.3tentos.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br).

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do nosso Código de Ética se aplicam, e seus princípios éticos e padrões de conduta devem ser observados, irrestritamente, por todos os nossos colaboradores (independentemente da posição hierárquica), parceiros de negócios, prestadores de serviços, fornecedores e demais terceiros que possuem relação conosco. Os preceitos estabelecidos devem ser observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, prestadores de serviços, demais terceiros que possuem relação conosco, incluindo a comunidade e os órgãos públicos em geral.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Diretoria é responsável para que sejam promovidos treinamentos periódicos, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, para disseminar e manter os colaboradores atualizados e cientes acerca do teor do Código de Ética, do Estatuto Social e das nossas demais políticas e regimentos internos, bem como da importância de observá-los, e de fazer com que terceiros que tenham relação conosco os observem, e deem cumprimento às suas disposições.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

É responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes e orientações expressas neste Código de Conduta. Qualquer violação a essas diretrizes e orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas.

5.3 Programa de integridade

Eventual violação ao Código de Conduta será analisada pelo Comitê de Auditoria, que, com base no caso concreto, poderá submetê-la ao Conselho de Administração ou a Assembleia Geral de Acionistas, conforme aplicável. Dentre as medidas disciplinares aplicáveis estão: (i) orientação verbal; (ii) advertência escrita; (iii) suspensão com ou sem perda de remuneração; ou (iv) dispensa com ou sem justa causa.

No caso dos prestadores de serviços, fornecedores, parceiros de negócios ou outros terceiros que tenham relação com a Companhia, o desrespeito ao Código de Conduta poderá resultar em suspensão imediata do respectivo contrato e, conforme o caso, em medidas legais cabíveis.

b. canal de denúncia da Companhia, indicando, em caso positivo

Disponibilizamos canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de nossas políticas, códigos e regimentos internos. Nosso canal de denúncias é disponibilizado aos nossos colaboradores e quaisquer terceiros (denúncias internas e externas), com garantia da confidencialidade e sigilo das denúncias. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: www.contatoseguro.com.br/canal3tentos.

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é operado pela empresa terceirizada Contato Seguro Prevenção de Riscos Empresariais Ltda. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de empregados.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Não toleramos qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e compromete-se a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O canal de denúncias não solicita os dados pessoais do denunciante, e pode ocultar as informações do relato recebido para quem irá realizar a apuração, de modo que se mantenha o anonimato. Ao denunciante é garantido o devido anonimato.

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é o Comitê de Auditoria, que analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia.

5.3 Programa de integridade

Considerando: (i) a natureza e a gravidade da transgressão; (ii) o cargo do transgressor e suas responsabilidades; (iii) o histórico do transgressor e as circunstâncias atenuantes; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências de uma eventual sanção; cabe ao Comitê de Auditoria propor as sanções cabíveis e, nos casos mais graves (ou seja, aqueles que podem nos gerar um efeito adverso (inclusive reputacional) e/ou a seus acionistas, colaboradores, parceiros, comunidade em que atue local e globalmente), encaminhar ao Conselho de Administração ou a Assembleia Geral para a tomada de decisão, conforme o caso, garantindo a aplicabilidade do Código de Conduta aos próprios administradores.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Observamos todos os procedimentos e dispositivos previstos na legislação e regulamentação societária aplicável, quando da realização de processos de fusão, aquisição e reestruturação societária nos envolvendo. Adicionalmente, adotamos como prática a contratação de assessores legais externos para nos auxiliar no processo e realizar a auditoria legal, que inclui áreas como as de direito civil, contratual, regulatória, *compliance*, trabalhista, tributária, dentre outras, nos casos em que a operação societária envolve sociedade não integrante do grupo a que pertencemos.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve alterações significativas.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes em relação ao capítulo 5 foram disponibilizadas nos itens acima.